



A TRIBUNA
 FUNDADA EM 26 DE MARÇO DE 1894
 M. Nascimento Jr. (1909-1959)
 Giusfredo Santini (1959-1990)
 Roberto Mário Santini (1990-2007)

MARCOS CLEMENTE SANTINI
 Diretor-Presidente

ROBERTO CLEMENTE SANTINI
 Diretor-Vice-Presidente

RENATA SANTINI CYPRIANO
 Diretora de Marketing

FLAVIA CLEMENTE SANTINI
 Diretora de Circulação

PAULO NAEF
 Diretor-Superintendente

ARMINDA AUGUSTO
 Editora-Chefe

MÁRCIO DELFIM LEITE SOARES
 Gerente Comercial e Marketing

MARCO ANTONIO DA COSTA
 Gerente Industrial

Opinião

Novos edifícios sem garagens

Nas discussões que começam a acontecer sobre a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo em Santos um tema deve provocar polêmica. Trata-se do novo conceito introduzido, coeficiente máximo de vagas por unidade habitacional. De acordo com a proposta apresentada em reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, haveria áreas (como aquelas próximas ao eixo do VLT – (Veículo Leve sobre Trilhos) nas quais os prédios estariam limitados a ter apenas uma vaga por apartamento, havendo a possibilidade de se produzir unidades sem garagem alguma.

O assunto divide as opiniões. De um lado, os defensores da proposta alegam que a eliminação das garagens (ou pelo diminuir sua quantidade) reduziria o preço dos apartamentos, abrindo um novo mercado formado por imóveis destinados a populações de menor renda. Além disso, representaria importante instrumento para reduzir o uso do transporte individual, responsável pelos problemas de mobilidade urbana.

Não há a menor dúvida de que é preciso reduzir a circulação de automóveis pelas ruas e avenidas das cidades, que hoje comprometem a qualidade de vida. A dúvida é se a proibição (ou redução) de garagens iria, de fato, contribuir para isso. O carro próprio ainda é a grande aspiração de muitos, símbolo de ascensão social e de status econômico. É, portanto, difícil imaginar que as pessoas deixem, de uma hora para outra, de comprar

seus automóveis. O grande indutor da redução do uso do veículo individual é a melhoria, ampliação e qualificação do transporte coletivo, mas trata-se de um processo longo, que lida com hábitos, cultura e valores. No curto prazo, a elevação do preço dos combustíveis pode ser um mecanismo muito mais eficaz de reduzir o uso do carro particular. E, como declarou o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, não se trata de proibir as pessoas de comprar veículos, e sim de reduzir a sua utilização, principalmente nos deslocamentos cotidianos.

Eliminar as garagens pode trazer mais problemas que soluções. Sem lugar para estacionar os carros, as pessoas acabarão por deixá-los nas ruas, congestionando ainda mais a Cidade e pressionando para que o estacionamento não seja proibido nas avenidas, medida necessária para melhorar o fluxo, especialmente de ônibus. E a ideia de que, sem garagens, os apartamentos ficarão mais baratos é ilusória. O mercado imobiliário fixa preços com base na área útil das unidades, que continuarão as mesmas.

Há ainda o risco do desestímulo à construção de empreendimentos em Santos, uma vez que o mercado exige garagens. Imaginar que os incorporadores e construtores lutem por elas para ter mais lucros é um equívoco. Para eles, seria melhor deixar de construí-las, uma vez que encarecem as obras, já que quase sempre exigem solos, caros e complicados de realizar.

Do leitor

E-MAIL
 leitor@tribuna.com.br

As cartas enviadas à Tribuna do Leitor devem conter nome, endereço, telefone e RG. O tamanho dos textos não pode ultrapassar 900 toques, incluindo os espaços. As cartas que não obedecerem esta orientação serão desconsideradas, bem como e-mails anexados.

ATENDIMENTO AO LEITOR
 Telefone: 0800-727 7710

REDAÇÃO
 Rua João Pessoa 129, 3º andar, Centro Santos, São Paulo. CEP 11013-900

Saúde e promessas

Li, reli, a matéria com o secretário de Saúde, Marcos Calvo, e apenas vi promessas, planos e soluções futuras, além de assuntos requeitados. O uso de um nome e um conceito de sucesso, as policlínicas, já foi amplamente debatido e configura um ato de pirataria “polítiquera”. Nada lemos sobre a falta de ações imediatas para o acesso a exames e consultas especializados, altamente demandados por nossa população envelhecida e mais susceptível às doenças crônico-degenerativas, neurológicas e oncológicas. E, pior, ressuscita-se o “CRI” sobre o qual nada há de concreto em termos operacionais e estruturais. Na recente arguição compulsória do secretário realizada na Câmara, ficamos muito mal impressionados com a falta de parâmetros operacionais (metas e números ideais para exames e consultas especializados, por exemplo), bem como com o dito em bom e claro português, não acompanhamento de obras pela Secretaria de Saúde. Sem nem mencionar o péssimo atendimento nas unidades de emergência cuja precariedade geral é notória. Talvez isso explique a falta de boas novas e a insistência nos factoides e lançamento de “pedras fundamentais”. Gestão, secretário, faz-se para o futuro, mas também para o agora!

IVALDO STANISLAU, PRESIDENTE DA

COMISSÃO DE SAÚDE DA CÂMARA DE SANTOS

Petrobras

Na delação premiada da Operação Lava-Jato, já começaram a

aparecer nomes de políticos que juram ser inocentes. Esse desvio de milhões de dólares está me cheirando a coisa de gnomos, fadas ou duendes. Tenho a certeza de que os políticos envolvidos colocarão suas contas bancárias e contatos telefônicos à disposição da Justiça.

JOÃO HORÁCIO CAMEZ - SANTOS

Bancos na XV



Gostaria de saber por que tiraram os bancos da Rua XV de Novembro, no Centro de Santos? Meu pai é classificador de café, 87 anos, ainda em atividade, e como outros “homens do café” de Santos, descansavam nos banquinhos do bulevar durante o dia. Se o motivo for manutenção deveria haver uma devolução mais rápida. Já faz tempo que os tiraram e não os devolveram. Será que a Prefeitura não sabe que há muitos corretores e classificadores idosos na Cidade? Não sou só eu apenas que reclamo pelo meu pai, todos os corretores e classificadores que já passaram dos 60 anos estão sofrendo com a falta dos banquinhos na Rua XV.

ANDRÉA BOTTARO - SANTOS

Água na Pompeia

Em atenção aos leitores, diante da reportagem publicada dia 03 de janeiro, sobre falta de água em prédios no bairro Pompeia, em Santos, a Sabesp esclarece que as vistorias realizadas nos edifícios mostraram ser casos pontuais, sendo que ambos os prédios estavam superlotados. Uma das pessoas entrevistadas revelou que “em um apartamento de 58 metros quadrados existiam 18 pessoas”. Desta forma, por mais que a Sabesp tenha mantido o abastecimento de água durante todo tempo, o alto consumo dos domicílios desestabiliza o sistema interno de reservação (caixas d’água). Por isso, diante deste tipo de ocorrência, é importante entrar imediatamente em contato com a Central de Atendimento (0800 055 0195 - ligação gratuita), que direciona equipe para vistoria técnica e, se necessário, disponibilizar caminhão-pipa. Para contribuir de forma preventiva, a Sabesp substituiu trechos das tubulações de entrada da água aos imóveis.

ASSESSORIA DE IMPRENSA DA SABESP NA BAIXADA SANTISTA

Morros de Santos

Parabéns à Prefeitura de Santos na pessoa do prefeito Paulo Alexandre, que vem cuidando da nossa comunidade dos morros. Agora, a comunidade passou a contar com novos ônibus com ar-condicionado. A ele nosso muito obrigado e um feliz 2015.

EDY SANTOS - SANTOS

Troca dos extintores

No final de 2014 a notícia apareceu, de modo súbito e ameaçador. A partir de 1º de janeiro de 2015, todos os veículos estariam obrigados a possuir um novo tipo de extintor de incêndio, o ABC, mais eficiente em situações de emergência. Ele é capaz de combater focos de incêndio em combustíveis sólidos (A), líquidos inflamáveis (B) e equipamentos elétricos (C), tendo maior capacidade do que os mais antigos (BC), que só agem em dois casos. Como os veículos possuem painéis plásticos, tapetes e estofados, além de pneus, que se enquadram na categoria A, o novo extintor tem função mais ampla e efetiva.

A mudança foi decidida há mais de cinco anos, por meio de uma resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), a 333, de 6/11/2009. Ontem à noite, o Ministério das Cidades, em acordo com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), adiou a vigência da resolução por 90 dias, em consequência da falta generalizada do equipamento no comércio. Quem não estiver com o extintor exigido, após esse período, estará sujeito à multa de R\$ 127,69, cinco pontos na carteira e apreensão do veículo até sua regularização.

A medida é correta e justificada. Ações que aumentam a segurança das pessoas são necessárias e podem salvar vidas e prevenir acidentes. O problema, entretanto, diz respeito à falta de adequada campanha de divulgação. Uma ação desse tipo, que atinge toda a frota de veículos brasi-

leira, exigiria, às vésperas de sua implantação, intensa atividade de esclarecimento.

Não foi o que aconteceu. O inesperado anúncio provocou corrida desesperada de motoristas a lojas e postos de serviço em busca do novo equipamento, que logo desapareceu das prateleiras, provocando queixas, reclamações generalizadas e o adiamento decidido na noite de ontem.

Mas a confusão foi ainda maior na medida em que, de maneira geral, as pessoas não foram esclarecidas que, desde 2005, os veículos novos já saem das fábricas com o extintor ABC, conforme outra resolução do Contran (157, de 22/4/2004). Ou seja, a imensa maioria dos carros que circulam no País, fabricados após essa data, já possui o equipamento correto e não precisa fazer nenhuma troca. Provavelmente, grande parte dos motoristas desesperados, sem conseguir adquirir o novo extintor, já estava regularizada e sem a necessidade de sair em busca dele.

É fato que o extintor ABC não é recarregável e tem validade de cinco anos, devendo ser substituído após esse prazo. Novamente, falhou, e bastante, a comunicação a respeito.

Segurança no trânsito é assunto muito sério, e merece a atenção e o cuidado das autoridades e da sociedade. A adoção do extintor ABC é justificada (ao contrário de algumas iniciativas absurdas, como a obrigatoriedade de kit de primeiros socorros, há alguns anos, logo abandonada), mas a confusão criada foi injustificável.

Tribuna Livre

EDUARDO VELOZO FUCCIA. Repórter policial e advogado

Rodovias: território sem lei

A gravidade e a reiteração dos casos em um curto espaço de tempo falam por si sós. A contragosto do discurso e dos balanços das autoridades, deixam a impressão, para não dizer a certeza, de que as estradas da região se transformaram em território sem lei.

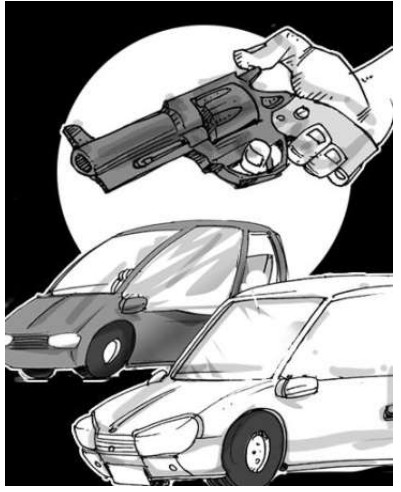
Antes da temporada de verão, a justificativa era a de que o efetivo da Polícia Rodoviária Estadual (PRE) aquém do minimamente necessário favorecia os assaltantes que agem nas estradas com ousadia e aparente certeza da impunidade.

Porém, desde o dia 19 de dezembro, quando foi implantada a Operação Verão da PRE, houve significativo reforço de policiais, mas os crimes não diminuíram.

Os dias e os horários de maior fluxo de veículos são previsíveis. Igualmente, são conhecidos os locais de maior incidência de roubos, como as cotas na Anchieta, o trecho dos semáforos na Imigrantes, em São Vicente, e a Padre Manuel da Nóbrega, perto da Vila Esperança, em Cubatão, apenas para citar os principais.

Mas não se vê policiamento suficiente patrulhando e também posicionado com planejamento e eficácia para intimidar, prevenir e reprimir ações criminosas nas áreas críticas que todos, especialistas e leigos, já sabem quais são.

É ladrão dando cabeçada em ladrão. Disputam entre si a próxima vítima e se dão ao luxo de escolhê-la diante dos carros ilhados nos congestionamentos que se for-



mam nas rodovias litorâneas. Estradas abarrotadas viraram o cardápio dos bandidos.

Alguém considera esse quadro pintado com cores exageradas? Então, vamos lembrar que, entre a segunda quinzena de novembro e a primeira de dezembro, por duas vezes, quadrilha fortemente armada rendeu caminhoneiros e o motorista de um ônibus de turismo para bloquear a Cônego Domênico Rangoni, no polo industrial de Cubatão.

Na primeira investida, uma passageira do ônibus levou um tiro no rosto e perdeu um olho, durante tiroteio entre os criminosos e a guarnição de uma viatura da Polícia Militar Ambiental, que trafegava no lado oposto da rodovia. O bando fugiu.

Em nova ação, a quadrilha invadiu uma indústria logo após bloquear a estrada. Em seguida, baleou dois vigilantes da empresa, explodiu caixas eletrônicas e esca-

pou com o dinheiro pela Cônego Domênico Rangoni, usada como rota de fuga.

Responsável pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, a Ecovias também foi vítima na antevéspera de Natal. Ao retirar cones de sinalização na Padre Manuel da Nóbrega, na Vila Esperança, um funcionário da concessionária foi dominado por uma dupla armada, que roubou o radiocomunicador de uma viatura da empresa.

No dia 29 de dezembro, nesta rodovia, perto de onde houve o assalto à Ecovias, um turista de São Paulo levou um tiro na cabeça e morreu. Ao volante do seu carro, pretendia voltar para casa, mas ladrões aproveitaram o congestionamento para abordá-lo. O latrocínio aconteceu na frente da mulher e dos dois filhos do casal.

Mas para quem só acredita vendo, o episódio flagrado por uma equipe da TV Tribuna, na manhã do último domingo, fulmina eventual dúvida. Dois rapazes, um dos quais com pistola, cercam o veículo ocupado por uma família na Imigrantes, em São Vicente. As vítimas resistem e impedem o roubo. Por sorte, ou mero acaso, não são baleadas, apenas agredidas.

Enquanto isso, o novo secretário de Estado da Segurança Pública, Alexandre de Moraes, diz que “a segurança é boa, mas a sensação é a percepção da segurança teve uma piora”, atribuindo tal impressão às pessoas que não foram “tecnicamente assaltadas”. Comentar mais o quê?